

Correio Sindical Mercosul

Serviço de notícias

24 de setembro de 1999

[INDICE](#)



[Repercusiones de la crisis](#)



[Notas e fatos](#)



[Sectores económicos y empresas](#)



[Sindicales – trabalho](#)



[Relaciones externas.](#)

[Apoio](#)

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

[Edição](#)



Consultoria Econômica e Social Integrada

 Clicando em cima do título se abrirá a nota a ele vinculada

CONTENCIOSO BRASIL ARGENTINA: CONTINUA A QUEDA DE BRACO

* No dia 8 de setembro ultimo o governo argentino resolveu exigir certificação de qualidade para o setor de papel e celulose, exigência que entrará em vigor a partir de 7 de outubro. Observadores brasileiros acreditam que, como aconteceu em casos similares, essa barreira caminhará para uma exigência de licença de importação. Por seu lado a embaixada argentina explica que a norma de certificação técnica atingirá todos os produtos, inclusive os argentinos. No primeiro semestre empresários argentinos e brasileiros do setor tentaram chegar a um acordo de auto-limitação de comercio, pois o superávit brasileiro no setor foi de US\$ 60 milhões em 1998. Segundo empresários argentinos, os brasileiros não cumpriram as quotas acertadas e as exportações cresceram neste ano .

* Por seu lado, o ministro da Agricultura brasileiro determinou a “revisão da habilitação de exportação de todos os estabelecimentos argentinos [cerca de 90] e a reinspeção dos produtos agrícolas nos pontos de entrada e durante seu transito no país”. A medida atinge as exportações argentinas de leite(em pó, integral, in natura) e queijos, além de iogurtes e bebidas lácteas, importadas principalmente pelos países do sul do Brasil e ignora os regulamentos do Mercosul de mutuo reconhecimento das inspeções nacionais. Além disso continua a ação do posto de vistoria agropecuária , em Uruguai, que só esta liberando a entrada de arroz argentino depois de concluída “análise laboratorial das condições fitossanitárias”. A operação começou depois da denuncia de contaminação da safra argentina por bactérias .

* No dia 16 chegaram a Buenos Aires o subsecretário de Integração Econômica e Comercio Exterior, José Alfredo Graça Lima e o diretor da Câmara de Comercio Exterior (CAMEX), José Botafogo Gonçalves para tentarem chegar a um acordo quanto ao contencioso . (*Gazeta Mercantil de 15 e 16.09.99: Folha de S.Paulo de 16.09.99 e Agencia Estado 16.09.99*).

* Luego del fracaso de las negociaciones de la última semana en Buenos Aires, Brasil resolvió imponer trabas al ingreso a ese país de 400 productos argentinos. La decisión fue calificada por las autoridades brasileñas de “reciprocidad” al trato restrictivo que la Argentina dispuso para el ingreso de productos de origen brasileño.

La decisión de requerir una autorización previa a las exportaciones argentinas, iguala el trato de los productos argentinos al de los países ajenos al Mercosur, e involucra alrededor de 400 productos entre textiles, petróleo, trigo, automóviles, indumentaria, pescados, harinas, lácteos, alimentos y químicos, cerca del 90% de las exportaciones argentinas a Brasil.

* No dia 20 de setembro o governo brasileiro entrou com um processo de solução de controvérsias no âmbito do Mercosul para discutir as dificuldades que os calçados brasileiros estão tendo para entrar no mercado argentino. A primeira fase do processo de solução de controvérsias que será estabelecido é o das consultas mútuas. A Argentina terá um mês para responder ao pleito brasileiro. Caso não se chegue a um acordo, um tribunal arbitral poderá ser instalado, conforme previsto pelo Protocolo de Brasília, de 1991.

LAS REACCIONES DE LOS DOS GOBIERNOS

Las primeras reacciones del gobierno argentino fueron de mucha cautela y se limitaron a señalar que todavía no han sido oficialmente notificados. Sin embargo la medida empezará a regir a partir de este lunes.

Los primeros análisis suponen que el gobierno argentino aún no tiene definida una respuesta comercial y hasta ahora la única reacción concreta provino del Congreso Nacional, donde diputados y senadores convocaron para el martes una reunión de urgencia para analizar los pasos a seguir.

Embora o governo brasileiro tenha anunciado que se tratavam de medidas com 'caráter de reciprocidade' às barreiras argentinas, especialistas e diplomatas brasileiros reconhecem que o objetivo da iniciativa é essencialmente negociador, já que poderia ser difícil a própria operacionalidade do controle de tantos produtos. Especialistas também concordam que, embora a medidas aplicadas sejam as mesmas utilizadas pela Argentina, sua missão não é restringir o fluxo de comércio ou a entrada de produtos argentinos, mas exercer pressão nas negociações. (*Gazeta Mercanti e Gazeta Mercantil Latinoamericana*, 20/09/1999)

Desde janeiro, o governo argentino vem alegando que a desvalorização do real criou um desequilíbrio comercial entre os dois principais parceiros do bloco. Em várias ocasiões, os negociadores argentinos propuseram que o Brasil adotasse medidas compensatórias, já que se temia uma invasão de produtos brasileiros no mercado argentino, com conseqüências devastadoras à indústria local. Os dados da balança comercial, porém apontam uma queda de quase 30% no comércio bilateral. Em 1998, o déficit brasileiro com a Argentina foi de US\$ 1,28 bilhão e, de janeiro a agosto de 1999, o déficit caiu para US\$ 412 milhões. A queda não ocorreu, como previam os argentinos, em decorrência do aumento das exportações brasileiras, mas devido a uma retração significativa das importações, que passaram de US\$ 5,3 bilhões, em no primeiro semestre de 1998, para US\$ 3,7 bilhões, no mesmo período de 1999.

TRABAS AL COMERCIO DE CALZADO.

Los funcionarios de la Argentina y Brasil no lograron acordar cambios en el sistema de licencias para la exportación de calzados y la única solución sería un acuerdo empresarial. La solución comercial entre la Argentina y Brasil quedó en manos de los empresarios del sector, que mantuvieron reuniones para llegar a un acuerdo de restricción voluntaria de exportaciones de zapatos desde Brasil.

Fuentes de la cancillería argentina aseguraron que "las normas sobre calzado no se modificarán", con lo que dio a entender que el conflicto podría llegar hasta un tribunal de solución de controversias del Mercosur, en el cual la Argentina tiene todo que perder. Sin embargo, ese proceso le daría a la Argentina el tiempo necesario para lograr su objetivo inmediato, frenar las importaciones de calzado brasileño hasta fin de año.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Indústrias de Calçados (Abicalçados), Nestor de Paula, o setor cedeu o máximo que pôde para tentar chegar a uma solução para o problema, mas a 'intransigência argentina' impossibilitou que qualquer acordo fosse concluído. Os representantes argentinos queriam limitar as exportações brasileiras a 1,5 milhão de pares em 1999, enquanto a Abicalçados defendia que o volume atingisse 2 milhões. A proposta final dos governos foi de 1,75 milhão, mas foi recusada pelo setor calçadista argentino. Nestor de Paula lembra que, mesmo com o aumento da venda brasileira ao mercado argentino, 'nosso vizinho continua com superávit de US\$ 3 milhões, pois compramos couro da Argentina para a fabricação dos calçados'. (*Gazeta Mercantil*, 20/09/1999)

Produção pára à espera de solução para impasse

As fábricas Medieval e Kissol, de Franca, interior de São Paulo, estão com parte de sua produção parada por conta do bloqueio argentino aos calçados brasileiros. Juntas, aguardam uma solução para 12 mil pares destinados àquele país, no valor estimado em US\$ 182 mil. A centenária malharia Hering, por sua vez, espera redução de 20% nos embarques para a Argentina, destino de 60% das exportações que seguem para o Mercosul. A situação dos fabricantes de Franca torna-se

cada dia mais complicada. Há 20 dias sem conseguir entregar os pedidos, colocaram funcionários em férias coletivas e caso, a situação não se reverta, haverá demissões. 'Podemos esperar mais uns 20 dias; depois não sei o que irá acontecer', disse Renato Maurício de Paula, diretor da Indústria de Calçados Kissol. Dos 390 funcionários da Kissol, 110 estão em férias. (*Gazeta Mercantil*, 21/09/1999)

AUTOPARTES- TRABAS EN LA NEGOCIACION.

El sector autopartista argentino se bajó de la negociación que mantenía con las terminales para definir el porcentaje de piezas nacionales que tendrán los autos desde el 2000. Este acuerdo era esencial para que hoy el subsecretario de Industria, Miguel Cuervo, pudiese cerrar con su par brasileño los últimos detalles del régimen que regulará el comercio de autos en el Mercosur entre el 2000 y el 2004. Los autopartistas ahora apostaron todas sus fichas a un proyecto de ley que le presentaron a la comisión de Industria de la Cámara de Diputados, que establece que la mitad de las partes de los autos fabricados en la Argentina debe ser de producción nacional. Ese porcentaje es 20 puntos superior a lo que estaban negociando con las terminales.

Horacio Larré Oroño, presidente de la cámara autopartista, confía proximately el proyecto se transforme en ley. A su vez, el secretario de Industria, Alieto Guadagni, dijo que si se aprueba esa ley "colapsa la negociación con Brasil, porque ya nos lo han advertido".

Segundo declarações do secretário de Política Industrial do Ministério do Desenvolvimento brasileiro a Folha de S.Paulo, Hélio Mattar "o governo brasileiro pode aceitar o pleito dos argentinos, mas vai exigir em troca que o país aumente o Imposto de Importação das autopeças de países fora do Mercosul, que é de 2% , para 13% ou 14% “.

PARLAMENTARES ENTRAM NA NEGOCIAÇÃO COM ARGENTINA

Os parlamentos do Brasil e Argentina querem participar ativamente da negociação dos contenciosos comerciais entre os dois países. A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul do Congresso brasileiro enviou, ontem, ao congresso argentino, um documento propondo, em nome do setor calçadista, um compromisso que a Argentina importe, ainda neste ano, mais 2 milhões de pares. E, para compensar, os parlamentares se comprometeriam a pressionar o Brasil a amenizar as barreiras comerciais impostas, especialmente no caso do leite. 'As negociações foram dadas como encerradas, mas temos que solucionar esse problema, pois não podemos esperar as eleições na Argentina', disse o presidente da Comissão, deputado Júlio Redecker (PPB-RS). No país vizinho, os congressistas também se reuniram, ontem, com as autoridades argentinas para tentar restabelecer o diálogo bilateral. (*Gazeta Mercantil*, 22/09/1999)

LA RED DE MERCOCIUDADES AMPLIA SU INFLUENCIA

La **Red de Mercociudades**, asociación creada en 1995 y que ya reúne 67 ciudades del Cono Sur se propone ampliar su influencia, más allá de los asuntos meramente económicos entre los socios del Mercosur.

La determinación quedó clara en la aprobación de la Carta de Belo Horizonte, documento oficial de la V Reunión Cumbre de la Red, realizada los días 2 y 3 de setiembre.

En 10 puntos, la carta asume posiciones como el interés del poder municipal de los diversos países en contribuir para neutralizar las actitudes contrarias al Mercosur. La determinación sucede en un momento que las bases de la alianza entre los países del Cono Sur están atravesando una crisis, fundamentalmente por divergencias comerciales entre Brasil y Argentina.

Uno de los puntos señala: "diversas iniciativas de los gobiernos han debilitado la credibilidad mutua entre los países miembros, generando intervenciones paliativas. Frente a estos conflictos y presiones, particularmente de los sectores más sensibles a las políticas proteccionistas, una actitud sensata y esperanzadora consiste en continuar construyendo el Mercosur en instancias democráticas y proyectos efectivos de unificación. Es insensato poner en peligro el Mercosur por la presión de determinados grupos económicos que demandan más protección."

Con respecto al área social, la Carta propone: "implementar una agenda social que corrija las grandes desigualdades sociales existentes en los países del Mercosur y posibilite la integración más armónica y justa en la región."

A partir del cierre de la Reunión, Belo Horizonte se convirtió oficialmente en la Sede de la Secretaría Ejecutiva de la Red hasta el año 2000, en que la secretaría será transferida a la ciudad de Rosario (Argentina).

IV REUNION DEL GRUPO DE SERVICIOS

Los pasados 26 y 27 de agosto de 1999 se realizó en Montevideo la IV Reunión del Grupo Servicios, dependiente del Grupo Mercado Común.

Entre los temas considerados, en primer lugar estuvo el de las Listas de Ofertas y Pedidos, donde el Grupo dio cumplimiento a las instrucciones recibidas del GMC, acerca de desarrollar la Primera Ronda de Negociaciones. La delegación de Brasil entregó su lista de pedidos, y con respecto a Argentina, Paraguay y Uruguay, las delegaciones informaron que continúan avanzando en la elaboración definitiva de las listas de ofertas, y se comprometieron a remitir a la Presidencia Pro Témpore las listas preliminares que serán analizadas en la próxima reunión.

En cuanto al comercio de servicios entre el Mercosur y Chile, se acordó invitar a este último para la realización de la primera reunión del Grupo de Trabajo sobre Comercio de Servicios para elaborar los instrumentos necesarios para la liberalización, expansión y diversificación progresiva del comercio de servicios entre las partes. Sobre el tema ALCA, las delegaciones analizaron el Borrador del Informe al Comité de Negociaciones Comerciales del ALCA, y redactaron una propuesta de modificaciones al mismo. Se fijó, como fecha tentativa para la próxima reunión del Grupo, los días 13 al 15 de octubre de 1999, dedicándose el día 15 a la primera reunión conjunta con Chile. (*Secretaria Técnica/CCSCS, Montevideú*)

FORD TRAZ LINHA DO ESCORT PARA SP

A Ford vai transferir as linhas de montagem de sua perua Escort para o Brasil. O modelo é atualmente produzido na fábrica da montadora em Córdoba, na Argentina. Segundo o presidente da Ford, Antonio Maciel Neto, a versão nacional da perua começará a ser comercializada no início do próximo ano. De cara, haverá opção de motorização a álcool. A fábrica de Córdoba, onde é produzido o Escort sedã e a linha de picapes Ranger, será utilizada para montagem do Focus pelo sistema CKD já a partir de setembro. O Focus virá desmontado da Europa.

A transferência da produção da perua vinha sendo estudada há alguns meses, por causa de perda de competitividade dos modelos da linha Escort no mercado brasileiro. A diferença cambial encareceu os veículos importados da Argentina. As vendas do Escort, por exemplo, baixaram de 13,8 mil unidades, entre janeiro em julho de 1998, para 6,3 mil unidades neste ano. As vendas da perua representam, em volume, cerca de 40% dos negócios com a versão sedã, o que sugere uma produção, em São Bernardo do Campo, de 400 ou 500 unidades por mês. Nos últimos tempos, a Ford iniciou uma ofensiva promocional, com descontos atraentes, para reerguer as vendas dos dois modelos, que há dois anos, somadas, superavam as 4 mil unidades mensais.

Maciel Neto informou ontem que a linha de produtos fabricados em Camaçari (BA), a partir de 2001, será complementar à linha atual da marca. Sairão, segundo ele, quatro modelos da fábrica baiana da Ford, todos de uma mesma plataforma. Um dos modelos terá motorização de 1.0 litro, ou seja, será um carro popular. 'Será uma família global de produtos, mas com estilo orientado para o mercado brasileiro e latino-americano', disse. A Ford ambiciona produzir na Bahia 250 mil carros por ano. (*Gazeta Mercantil, 21/09/1999*)

PARAGUAY-DENUNCIA DE CADAM.

La Cámara de Distribuidores de Automotores y Maquinarias (CADAM) denuncia que el indiscriminado ingreso de vehículos usados desde la zona franca chilena de Iquique (automóviles camiones de carga, buses y máquinas agrícolas), en condiciones marginales, ha provocado una fuerte retracción en la cadena económica de las empresas formalmente establecidas.

Al respecto, indica que, en lo que va del año, las ventas de autovehículos nuevos registraron una merma del 60%, mientras que el rubro máquinas agrícolas cayó en un 80%, que se suma a los resultados magros del año pasado.

SIDERCA Y ACINDAR-FIN DE LA RECESION.

Siderar y Acindar se recuperan y piensan en la expansión. Las dos siderúrgicas dicen que la curva de la recesión ya está quedando atrás y aseguran que en el cuarto trimestre de este año ya recuperarán los niveles de venta precrisis. Al mismo tiempo, la empresa del grupo Techint confirmó su intención de participar -asociados a algún grupo brasileño - en la privatización de la Compañía Siderúrgica Nacional de Brasil, porque prefieren que quede en manos regionales y no extranjeras.

Javier Tizado, director ejecutivo de Siderar, cree que la sobrecapacidad de producción de la industria automotriz obliga a los empresarios de ese sector a reestructurar el negocio. Luego agregó que para que se consolide el proceso de integración regional "hay que ponerle racionalidad a los procesos de expansión industrial para evitar sobrecapacidades, porque hay una tentación muy grande de sobreexpandirse, y terminamos triplicando producciones con una catástrofe económica a poco de arrancar con las nuevas instalaciones".

ANCAP DE URUGUAY ANALIZA LA COMPRA DE LAS ESTACIONES DE SERVICIO PROPIEDAD DE LA FIRMA ARGENTINA SOL PETROLEO

El Directorio de ANCAP (Administración Nacional de Combustibles Alcohol y Portland) de Uruguay está analizando la compra de la red de 247 estaciones de servicio propiedad de la firma argentina SOL PETROLEO, de la que ya posee el 33% del capital accionario. ANCAP cuenta con un plazo de 90 días para definir según lo que resuelva el Directorio del organismo.

SECTOR ALIMENTARIO

La firma francesa Dadone , que opera en el mercado de agua mineral con la marca Villa del Sur, compro Villavicencio (agua mineral también) y pasaron a ser los dominadores absolutos del mercado de dicho producto en la Argentina, con el 64% en la Capital Federal y el Gran Buenos Aires y el 44% en el interior, según mediciones privadas. La ofensiva se habría acelerado para eludir la flamante ley antimonopolio. De esta manera, Danone se aseguró no tener que rendir cuenta a ningún tribunal de defensa de la competencia por detentar una cuota mayoritaria del segmento de aguas minerales.

REATIVAÇÃO DA ECONOMIA PARAGUAIA

Como parte de sua estratégia para reanimar a economia, o governo paraguaio anunciou a injeção de US\$ 120 milhões em créditos até o final do ano e o corte em 50% nas taxas de juros dos empréstimos dos bancos estatais.

A recessão paraguaia tem duas grandes causas: a primeira a grave crise política iniciada com a eleição de Oviedo e o assassinato do vice-presidente Argaña . A Segunda grande causa pode ser encontrada na desvalorização do real que além de encarecer os produtos comercializados com o Brasil no “comercio de formiga” através da fronteira provocou o ingresso massivo de produtos brasileiros :”têxteis, cimento, ferro e mesmo alimentos “açúcar, avícolas, farináceos” . De acordo com a União Industrial Paraguaia essa entrada de produtos legais e contrabandeados produziu uma redução de 30 a 60% na produção paraguaia . (*Gazeta Mercantil Latinoamericana, 13.09.99*)

URUGUAY : MANTIDOS BENEFÍCIOS ÀS MONTADORAS

O governo uruguaio resolveu estender os benefícios financeiros para a indústria automotiva - por tempo indeterminado - para atrair investimentos e aumentar a competitividade do setor na venda de automóveis fabricados no Uruguai para os mercados da Argentina e do Brasil.

As montadoras que exportam veículos automotores estão autorizadas pelo governo a importar veículos novos das mesmas marcas em número equivalente a 10% do que for vendido para o exterior, com uma redução de até 13% na taxa alfandegária. O governo havia concedido esse benefício em 3 de março, com validade até 31 de dezembro. Agora estendeu a decisão e impôs um rebaixamento adicional de três pontos percentuais na tarifa alfandegária. (*Gazeta Mercantil Latino-Americana/20/09/99*)

PARAGUAY-HUELGA EN ITAIPU.

Trabajadores de empresas contratistas de la Itaipú Binacional siguen en huelga. Hasta el momento, no existen visos de solución al conflicto que se inició hace más de 15 días. El ministro de Justicia y Trabajo, Silvio Ferreira, estuvo con huelguistas, a quienes prometió intermediar en el conflicto ante los directivos de la entidad.

Los trabajadores que están en huelga son en su mayoría choferes, que iniciaron primero la medida de fuerza hace más de 15 días. Mientras, hace ocho días que otros obreros de cinco firmas contratistas iniciaron otra medida de fuerza. Todos reclaman incumplimiento de contrato de condiciones de trabajo de parte de las contratistas.

Los dirigentes sindicales indicaron que, de no existir una solución al problema, en los próximos días podría iniciarse una huelga general en la Binacional, atendiendo a que los otros gremios se estarán plegando a la medida de fuerza.

PARAGUAY- BANCARIOS

Más de 1.000 de los actualmente 1.620 funcionarios de la banca pública perderán su trabajo mediante la aplicación de la reforma de la banca pública, confirmó ayer el ministro de Hacienda, Federico Zayas, al confirmar que el futuro Banco de la República del Paraguay (BRP) podrá trabajar con menos de 500 funcionarios.

ARGENTINA-CRECIMIENTO DE DESEMPLEO.

Si se aprueba el Presupuesto que Roque Fernández envió al Congreso, el año próximo la tasa de desempleo crecería 3 puntos más. Esto sería consecuencia de los recortes en los programas sociales y de empleo que prevé el proyecto elaborado por el Ministerio de Economía. Además, podría subir al 33% la población que vive por debajo de la línea de pobreza.

GM-TRASLADO DE OPERARIOS

La automotriz General Motors, que tiene aquí una planta donde ensambla pick-ups Chevrolet, convino con el Sindicato de Mecánicos condiciones para el traslado voluntario de operarios a la fábrica que la compañía posee en Rosario. La información, procedente de fuentes gremiales, reavivó la incertidumbre respecto de la continuidad de GM en Córdoba. El gobernador José Manuel de la Sota, ante versiones que circularon en las últimas semanas, ha afirmado rotundamente que la empresa "no se va". Sin embargo, en el Smata se insiste en que se le ha comunicado al personal que los planes de producción llegarán hasta el 18 de diciembre, fecha tras la cual la planta cesaría sus actividades. Por eso se ha ofrecido el traslado a la fábrica de Rosario. La automotriz acaba de anunciar que allí se plasmará la sociedad con Suzuki para la producción de la nueva línea de utilitarios Grand Vitara.

De acuerdo con lo indicado por voceros sindicales, ayer se establecieron pautas que contemplan compensaciones de gastos de vivienda, reembolso por mudanza, garantía de alquileres y reconocimiento del salario y de la antigüedad.

TELEFÔNICA PRETENDE DEMITIR 1,4 MIL FUNCIONÁRIOS

A Telefônica (empresa espanhola que comprou parte importante da rede telefônica brasileira) está iniciando um processo de demissão de aproximadamente 1.400 pessoas. A maior parte delas, cerca de 850, exerce atividades de manutenção de telefones públicos, segmento considerado não-prioritário pela empresa. Outros 500 estão vinculados à manutenção e operação de rede, informou José Carlos Misiara, diretor de Recursos Humanos da companhia. No fim do ano passado, a Telefônica demitiu 4 mil pessoas, a maior parte em vias de se aposentar, reduzindo o quadro original de 21 mil para 17 mil funcionários. De lá para cá, contratou mais mil pessoas, completando o contingente atual de 18 mil empregados.

A empresa contratou a BPI, uma consultoria de origem francesa especializada em reestruturações e realocação de pessoal, a fim de orientar os trabalhadores demitidos na constituição de empresas prestadoras de serviços. 'A idéia é terceirizar', afirmou Gilberto Guimarães, consultor da BPI. Duas sociedades anônimas estão sendo constituídas pelos funcionários: uma voltada à telefonia pública (orelhões) e outra a serviços de infra-estrutura. Haverá acionistas cooperativados. É idéia da operadora e da consultoria que as empresas criadas pelos funcionários prestem serviços a outras operadoras de telecomunicações, retirando da flexibilidade maior eficiência e rentabilidade.

Em reunião realizada dia 21/09, o Sintetel (sindicato dos telefonicos de SP) conquistou os mesmos benefícios concedidos no primeiro plano de demissão incentivada, compreendendo 33% do salário por ano trabalhado para quem tem até 10 anos de casa e 50% para os que têm mais de 10 anos de companhia. Além disso, a empresa se comprometeu a manter seis meses de plano médico, além do pacote convencional de rescisão, segundo afirmou o presidente do Sintetel. O salário médio dos instaladores de telefone público é R\$ 800,00 (*Gazeta Mercantil*, 22/09/1999)

SEMINARIO INTERNACIONAL DE SEGURIDAD SOCIAL

Entre los días 15 y 17 de setiembre, se lleva a cabo en Montevideo el Seminario Internacional y Presentación de la 4ª Etapa de la Propuesta Alternativa de los Trabajadores sobre Seguridad Social.

El mismo contará con expositores de OIT, central sindicales europeas, movimiento cooperativo, y es la culminación de un trabajo iniciado en junio de 1995 para la elaboración de un proyecto alternativo de Seguridad Social, cuya coordinación está a cargo del Equipo de Representación de los Trabajadores en el Banco de Previsión Social de Uruguay.

FESTIVAL DE GREVES” NO BRASIL

Diante da recusa da ANFAVEA (AS. Nacional dos Fabricantes de Veículos) em negociar um acordo nacional para o setor automotivo as centrais sindicais brasileiras CUT e Força Sindical, reafirmaram o seu chamado a um “Festival de Greves” a partir da semana que vem.

As duas centrais, unidas pela primeira vez em torno da negociação de um contrato coletivo pretendem paralisar a cada semana um estado(província) brasileiro. As greves terão duração de um dia. A primeira delas será no dia 23, com a paralisação da Volkswagen do Rio de Janeiro. No dia 30 a paralisação será em Minas Gerais, nas fábricas da Fiat e da Mercedes.

“Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - ligado a CUT- disse que os empregados da Volkswagen no rio de janeiro recebem, em média, um salário de R\$ 400 [US\$210] contra R\$1.500 [US\$790] mensais recebidos por trabalhadores do ABC“, (*Folha de S.Paulo*, 15.09.99)

OMC

A partir desta semana, o ritmo será acelerado para preparar o texto ministerial de Seattle, que apontará a direção geral da negociação. O que surge, ainda sem consenso (apoio de todos) é uma rodada para melhorar o acesso aos mercados agrícola, de serviços e produtos industriais, revisar regras existentes mas não para criar novas normas.

Os países em desenvolvimento, pragmaticamente, sabem que precisarão engolir cortes nas tarifas industriais, inclusive para a União Européia (UE), por exemplo, poder vender internamente as concessões que deverá fazer na área agrícola.

Quanto a temas novos, como investimentos, concorrência, facilitação de comércio e comércio eletrônico, serão incluídos, mas muito provavelmente sem estabelecimento de regras - inclusive porque não há acordo entre os industrializados.

Um acordo sobre investimentos para facilitar investimentos (normas gerais para facilitar as inversões, transparência, não discriminação, tratamento nacional etc.) não recebe impulso de Washington. Os sindicatos são contra. Alegam que as companhias querem esse acordo para migrar para países mais frouxos em relação a questões ambientais e trabalhistas. Os EUA visivelmente preferem tratar bilateralmente da questão.

Sobre concorrência, a UE pressiona, fortalecida por seu desenvolvimento nessa área. Também aí dificilmente sairá algo concreto. Deve-se decidir pela ampliação do mandato do atual grupo de trabalho.

Washington não aceita novas disciplinas para controlar o uso de medidas antidumping. E juntos, os industrializados vão pressionar por decisões para facilitar o comércio, como por exemplo acelerar o despacho de mercadorias nas alfândegas, que são usadas por muitas nações, em momentos de aperto, para frear as importações.

Em relação ao comércio eletrônico deverá ser estendida a atual moratória para evitar a cobrança de tarifas nas transmissões eletrônicas. Isso duraria talvez até a metade da rodada. A verdade é que a maioria dos países continua sem saber como agir na cibereconomia. Os EUA, que dominam o espaço, querem garantir uma data precisa para eliminação definitiva do risco de tarifas.

As atenções estão concentradas também na revisão do Órgão de Solução de Controvérsias, central no sistema multilateral. Hoje não há instância para dizer se as decisões dos juízes estão sendo implementadas. Isso provocou, por exemplo, a continuação dos conflitos da banana e do hormônio entre EUA e UE. Os países poderão encurtar o prazo, hoje de 15 meses, para os países adotarem as modificações recomendadas pelos árbitros da OMC.

No caso da agricultura, a questão é saber o que será ganho na rodada. O que está em jogo é conhecido - redução de subvenções à exportação, de tarifas e de apoio interno. As questões-chaves são em qual medida e qual período, e no momento os países tem razões de pessimismo diante da rigidez protecionista de Bruxelas.

Nações como o Brasil defendem o princípio do 'single undertaken' qualificado na negociação. Ou seja, que a conclusão da negociação estará amarrada a resultados satisfatórios na área agrícola, mas não necessariamente em tarifas industriais. É a questão da hierarquia nas negociações. De toda maneira, não haverá resultados imediatos: o governo canadense calcula que se as negociações agrícolas terminarem em 2003, hipótese otimista, deve-se contar mais dez anos para integrar os resultados nas legislações nacionais e implementá-los. (*Gazeta Mercantil*, 20/09/99)

MANIFESTAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS

“Quando os negociadores da Organização Mundial do Comércio(OMC), vindos de mais de 130 países, chegarem a Seattle, em novembro, serão saudados por bonecos gigantes, dançarinos de rua,

anarquistas, ativistas pendurados de arranha-céus e por uma massa de metalúrgicos e caminhoneiros em protesto”. Estas palavras, traduzidas de um artigo de David Postman no Seattle Times, refletem o clima que está se criando na cidade, onde se espera milhares de manifestantes contra a realização da conferência da OMC que marcará o início da Rodada do Milênio. Com a palavra de ordem “SHUT DOWN THE WTO TUES NOV 30” e “MASS NONVIOLENT DIRECT ACTION” (“Fechem a OMC, Terça 30 de Novembro!” e “Ação Direta Não violenta de Massas”) os ativistas norte-americanos consideram esta a oportunidade ideal para denunciarem a globalização e o livre comércio. Esperam-se representantes do mundo inteiro. Da GLOBAL TRADE WATCH, ao Sindicato dos Funcionários do Correio do Canadá e o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas da Nicarágua. A organização PEOPLES GLOBAL ACTION planeja protestos no mundo inteiro.

O artigo lembra a oposição de sindicatos norte americanos ao NAFTA e os recentes protestos contra o McDonald’s na França, mas lembra também, que a cidade escolhida pelos organizadores da conferência fica num dos estados mais dependentes do comércio internacional: Boeing e Microsoft são grandes exportadores e também o são os fazendeiros do estado de Washington com suas maçãs e seu trigo.

Não se sabe quantos serão os manifestantes em Seattle em 30 de novembro, mas os dois lados se preparam. O chefe de polícia da cidade fala em 100.000. Os organizadores do protesto querem um milhão. (*Artigo sugerido por David Hathaway, adaptação Cor. Sindical*)

Até agora, 750 organizações não-governamentais (ONGs) se inscreveram para a conferência ministerial da OMC em Seattle. É oito vezes mais do que na conferência de Genebra no ano passado. Cada uma pode levar quatro representantes o que totaliza 3 mil pessoas. Eles vão ocupar a cena - mas não diretamente as negociações - com os 6 mil delegados de governos.

Um grupo chamado Consumers International, representando 247 organizações de consumidores em 111 países, foi uma das ONGs que apareceram em Genebra na semana passada. Sua mensagem é idêntica à de centenas de outras entidades ambientais, sindicais ou de desenvolvimento: combater a nova liberalização comercial alegando que o que ocorreu até agora não garantiu proteção adequada para os consumidores (ou ecologistas, ou trabalhadores etc.), nem melhor distribuição de benefícios. O que querem de imediato: participar diretamente na OMC.

É nesse contexto que os três temas politicamente mais sensíveis aguardam os ministros em Seattle: **transparência da OMC, normas sociais e ambientais no comércio mundial**. Estes assuntos têm o maior potencial para provocar confrontos verbais entre países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Quanto à transparência na OMC, que permita uma presença institucional das ONGs, tem poucas chances de passar, apesar de todo o peso dos EUA. Washington quer tornar públicas as sessões do Órgão de Solução de Controvérsias, que trata de conflitos comerciais, e que os juízes aceitem examinar as posições das ONGs. O que se esboça, no momento, limita-se a diminuir o tempo do caráter reservado dos documentos da OMC (o maior prazo hoje é seis meses, mas alguns nunca são divulgados), e a promessa de mais consultas com a sociedade civil através do que já se faz hoje: **seminários**. (*Gazeta Mercantil, 20/09/1999*)

SITES SOBRE A NOVA RODADA DA WTO E RELAÇÕES COM O AMBIENTE

World Trade Organization website at <http://www.wto.org>

WTO Seattle at <http://www.wto.org/wto/minist/seatmin.htm>

Seattle Business welcomes WTO at <http://www.wtoseattle.org>

WTO Millennium Round by Green Party <http://www.millenniumround.org>

Ontario PIRG's MAInot Project website at <http://mai.flora.org>
Peoples Global Action (PGA) website at <http://www.agp.org>
PGA in Seattle <http://members.aol.com/mwmorrill/pga.htm>
People For Fair Trade website at <http://www.peopleforfairtrade.org>
Public Citizens Global Trade Watch <http://www.tradewatch.org>
Seattle Citizen Committee website at <http://www.seattlewto.org>
Third World Network website <http://www.twinside.org.sg/souths/twn/trade.htm>
BUND (Friends of the Earth Germany) <http://www.snafu.de/~bund> or
www.bund.net
Friends of the Earth Europe website <http://www.foeeurope.org>
Trade, Environment and Sustainability <http://www.foe.co.uk/foei/tes>
Critical Mass, Seattle website at <http://www.oz.net/~nic/cm.html>

Copyright (c) 1999 Canadian Institute for
Business and the Environment, Montreal
All rights reserved.

ASOCIACION PARLAMENTARIA EMPRESARIAL EE.UU- MERCOSUR.

La Asociación Parlamentaria Empresarial Estados Unidos-Mercosur fue lanzada ayer en Buenos Aires. Este foro surge del Centro de Estrategias y Estudios Internacionales. Reúne a legisladores y empresarios de los cinco países, y su objetivo es crear un ámbito de discusión de temas comerciales, culturales y políticos.

E U A SE FORTALECEM NA REUNIÃO DA APEC

A recente reunião do Fórum de Cooperação Econômica da Asia-Pacífico), que reuniu 21 países da orla do Pacífico, fortaleceu as posições norte-americanas para a Rodada do Milênio da OMC. Os países, que são os responsáveis por 45% do comércio global e 55% do PIB mundial concordaram em fortalecer a liberalização do comércio, estabelecendo metas para seus integrantes; a colocarem fim aos limites ao tráfico aéreo internacional; defenderam uma maior transparência no mercado de capitais e estabeleceram em defender um prazo de três anos para a realização da rodada. Deixaram a questão dos subsídios às exportações de produtos agrícolas para uma próxima reunião. México, Chile e Peru, únicos países latino-americanos no fórum, avançaram acordos bilaterais com os países asiáticos. Emblemático foi o acordo do Chile com a Coreia. (*Gazeta mercantil e Folha de São Paulo, de 14.09.99*)

CORREIO SINDICAL MERCOSUL

É parte do projeto Mercosul entre a CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.

Coordenação- Ma. Silvia Portella de Castro

***Se quiser mandar notícias ou
receber os exemplares do
Correio Sindical Mercosul
e do Serviço de Notícias
escreva para nós***

